

'Moderados' querem tornar mais presidencialista projeto de Cabral

BRASÍLIA — O grupo ligado ao Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), deverá apresentar uma série de emendas para tentar mudar o sistema parlamentarista que será proposto no projeto de Constituição que está sendo feito pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. A ideia, segundo Sant'Anna, é melhorar e diluir em emendas o texto da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que propõe a implantação de um sistema de governo misto no País.

Sant'Anna pretende tomar a iniciativa apenas se não for possível um acordo que torne mais presidencialista o sistema de governo proposto no texto de Cabral. Ele informou que, hoje, vai procurar o Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Relator da Comissão da Organização



Sant'Anna, à direita, articula o apoio do PTB com o Líder Gastone Righi

dos Poderes e Sistema de Governo, para tentar iniciar um entendimento. O Líder do Governo afirmou que Egídio fez um "enxugamento" na proposta inicial da Comissão, chegando a um texto com 25 artigos.

Carlos Sant'Anna defende a apro-

vação de um presidencialismo com temperos parlamentaristas para o Brasil. Pela proposta, ao Presidente da República caberia a Chefia do Estado e do Governo. Segundo ele, esta fórmula está mais próxima da média de pensamento da Constituinte.

Se o parlamentarismo proposto por Cabral for aprovado, Sant'Anna acha que um dos temas mais importantes da campanha dos candidatos à Presidência da República será a volta do regime presidencialista.

O Presidente não vai aceitar ser uma figura decorativa, com cerca de 40 milhões de votos — observou. Ele afirmou ainda que o Primeiro-Ministro será um Deputado eleito em 1986.

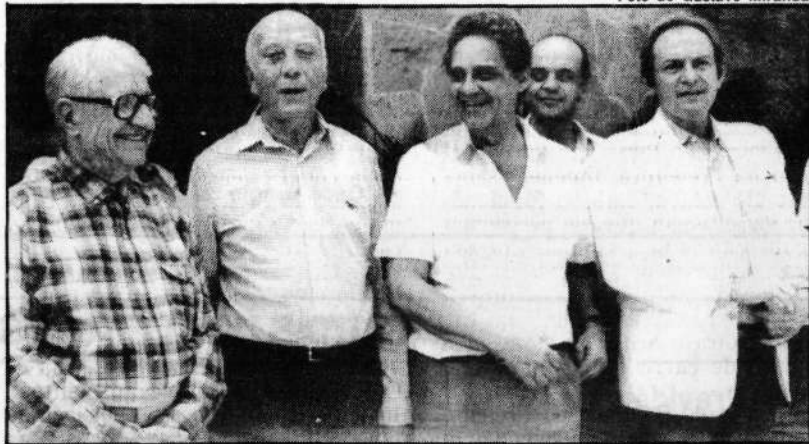
Carlos Sant'Anna disse que o texto do atual projeto de Constituição — o que saiu da Comissão dos Poderes — está "próximo de uma possibilidade de entendimento". Ele pretende, esta semana, iniciar conversações com os moderados do PMDB e com o PFL, para tentar chegar a um acordo em torno do presidencialismo parlamentarista.

Comissão concilia proposta de reforma agrária

BRASÍLIA — Depois de aproximadamente três horas de reunião na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a cúpula da Comissão de Sistematização conseguiu chegar a um texto básico para a proposta de reforma agrária. Por ela, a partir do decreto do Executivo, a Justiça terá um prazo de até 90 dias para se pronunciar sobre a imissão de posse, podendo anular a desapropriação se entender que esta não atende aos requisitos básicos. Confirmada a desapropriação, o proprietário poderá recorrer à Justiça numa segunda fase e, se vencer, receber em dinheiro — e não em títulos da dívida agrária — o valor das terras desapropriadas.

É uma reforma agrária que procura atender aos dois lados — afirmou o Líder do PMDB no Senado e Relator-Adjunto da Comissão de Sistematização, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Ele informou que a lei fixará um módulo mínimo para as desapropriações, protegendo os pequenos proprietários cujas terras sejam produtivas. Segundo Fernando Henrique, a proposta obteve consenso entre os parlamentares que foram à casa de Ulysses e será incluída no projeto que está sendo preparado pelo Relator Bernardo Cabral.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse que o texto da reforma agrária é bastante avançado. "Mas haverá sempre setores que não aceitam a fórmula que está sendo proposta", previu. Assim, ele acredita que essa questão deverá ser decidida no voto. Para Fernando Henrique, "apenas a direita mais conservadora" será contra.



Arinos, Ulysses, Fernando Henrique e Cabral: de acordo sobre a reforma

Estiveram na casa de Ulysses, além de Fernando Henrique e Bernardo Cabral, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ); o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), Relator-Adjunto da Sistematização; o Deputado José Serra (PMDB-SP) e o professor Miguel Reale Jr. que está participando dos trabalhos da cúpula da Sistematização. Eles decidiram manter o sistema parlamentarista no projeto de Cabral e acertaram que ele será implantado no País 120 dias após a promulgação da nova Carta. O mandato do Presidente será mantido como está no atual projeto: em cinco anos.

O Deputado Ulysses Guimarães e o Relator Bernardo Cabral manifestaram, durante a reunião, dúvidas quanto à aprovação do Parlamentarismo. "Sou presidencialista", proclamou Ulysses, ao término do en-

contro. Ele disse, porém, que a Constituinte deve trabalhar apenas sobre duas alternativas: ou o presidencialismo com Legislativo forte, ou parlamentarismo ortodoxo. "O que não pode haver é um sistema eclético, misto, que poderá herdar os defeitos dos dois lados", afirmou.

Na reunião, ficou acertado que o Estado de Defesa e o Estado de Sítio precisarão de aprovação do Congresso para serem declarados. Bernardo Cabral incluiu em seu texto o pluralismo sindical, com a ressalva de que só um sindicato representará oficialmente a categoria. Fernando Henrique Cardoso informou que não foi decidida a questão da pluralidade por empresa. Particularmente, porém, manifestou-se contra, por achar que a fórmula fragmenta o movimento trabalhista. A anistia também foi discutida entre os presentes. Ulysses Guimarães disse que o assunto está sendo examinado, princi-

palmente com relação àqueles que não foram anistiados.

Fernando Henrique disse que, com as definições de ontem, o esboço de Cabral está praticamente fechado. Resta, porém, a negociação política das propostas. Esta negociação terá início hoje, às 19 horas, quando Ulysses, Fernando Henrique, o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique (SC), e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), se reunirão com o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), e os Líderes José Lourenço (BA) e Carlos Chiarelli (RS), para discutir o esboço do projeto. A reunião será na casa de Maciel.

● RIBEIRÃO PRETO, SP — O Presidente da maior cooperativa agrícola em volume de grãos do País, a Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia (Carol), José Oswaldo Galvão Junqueira, afirmou ontem que a possibilidade de imissão imediata da posse da terra desapropriada para reforma agrária — de acordo com esboço da nova Constituição — poderá desestimular o sistema produtivo brasileiro.

A proposta, elaborada pelo Relator Bernardo Cabral, segundo Junqueira, "ameaça indistintamente os proprietários rurais, tenham eles ou não área produtiva".

Ele lembrou que até os associados da Carol, que respondem pelos maiores índices de produtividade do País, estão ameaçados pela reforma, que prevê o confisco imediato da terra, sem que o proprietário seja ouvido. "Quando o proprietário provar na Justiça que sua terra é produtiva, a desapropriação já teria ocorrido e se tornou irreversível — argumentou Galvão Junqueira, que disse, porém, que "ninguém de bom senso pode ser contra a reforma agrária".

Banalização

O REITOR da Universidade de Brasília, Prof. Cristovam Buarque, teme que o abuso de greves — o grevismo — resulte na banalização das paredes ou acabe "com a própria democracia". Prognóstico perfeito. O abuso dessa forma de participação social faz renascer o desejo de ordem, pura e simples, possivelmente às custas das liberdades características da ordem democrática.

O LÍDER sindical Luis Antônio de Medeiros aponta o caminho para o controle do grevismo, geralmente de inspiração partidária e ideológica: a consulta às bases mediante variedade de sufrágio universal. É a lição que nos passa a experiência de países politicamente desenvolvidos.

OS SINDICATOS não fogem à "lei de ferro" das organiza-

ções, que registra a distinção de interesses entre dirigentes e dirigidos. Os primeiros desenvolvem interesses próprios, quase sempre diferentes daqueles dos dirigidos. Tal divórcio pode ser mais ou menos acentuado, e torna-se especialmente perigoso quando a direção sindical cai nas mãos de orientações ideológicas e partidárias oportunistas, como foi o caso da recente greve geral.

O SINDICALISMO é uma força democrática. Não deverá se colocar a favor de desordem antidemocrática através da prática do grevismo, causa possível do desejo de salvar a ordem, mesmo em prejuízo da democracia. Antes das greves há um caminho das negociações que sempre instruem o trabalhador quanto à relação custo-benefício de qualquer paralisação do trabalho.

TENSÃO E ESTAFA NA CONSTITUINTE

Na Câmara, atendimento do serviço médico registra aumento de 30%

BRASÍLIA — A tensão e a estafa a que estão submetidos os constituintes vêm afetando a saúde de muitos deles, tornando rotineiro o socorro médico. O atendimento médico da Câmara aumentou 30%, grande parte em função de problemas respiratórios e da elevação da pressão arterial. O dado inclui os funcionários, também sobrecarregados de trabalho. Esse percentual deverá aumentar, pois os próprios constituintes prevêem períodos que exigirão maior esforço físico, justamente quando estiverem mais esgotados.

O Diretor do Departamento Médico da Câmara, Renault Mattos Ribeiro, tem encaminhado vários parlamentares a exames de saúde mais específicos, como fez com o Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC). O Constituinte sentiu-se mal durante uma reunião, foi atendido no serviço médico, retornando com a disposição de manter o mesmo pique de trabalho. Quando soube do ocorrido, Renault insistiu para que fizesse um eletrocardiograma, sendo constatado que Macarini estava à beira de uma estafa. No dia 5 de junho, ele se submeteu a uma angioplastia no Instituto do Coração, em São Paulo. Hoje, anda diariamente 4 km e tenta, na medida do possível, não se deixar contagiar pelas pressões.

O Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM),

de longe um dos mais sujeitos a pressões, também se submeteu a uma série de exames, no final de junho, depois de sentir-se mal no plenário. Os médicos constataram que estava com uma elevação exagerada da pressão arterial e estafa. Ele próprio reconhece que a tensão emocional está acima do que seria esperado e vem sendo agravada pela luta contra o tempo. Isso justifica o fato de estar dormindo apenas três horas por noite e não interromper o trabalho sequer nos fins de semana.

O Deputado Jofran Frejat (PFL-DF), médico cirurgião e ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal, acha que os problemas de saúde dos constituintes vão aumentar, não só em decorrência da estafa mas também pela expectativa e conseqüente frustração de não conseguirem fazer a Constituição que cada um tinha em mente.

Nem mesmo o fato de ser o caçula entre os deputados que estão na linha de frente dos trabalhos constitucionais livrou o Deputado Antônio Brito (PMDB-RS), 35 anos, do socorro médico. As caminhadas diárias e uma dieta seguida à risca conseguiram devolver sua pressão a níveis normais. Na quarta-feira passada foi a vez do Deputado Gustavo de Farias (PMDB-RJ) temer um segundo infarto, devido à forte dor de cabeça que sentiu no plenário. Será mais um a redobrar os cuidados.

Substitutivo já está no Prodasen e só não é conclusivo em 2 itens

BRASÍLIA — O Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodase) recebeu, no final da tarde de ontem, o substitutivo do relator Bernardo Cabral que será oficialmente divulgado na quarta-feira. O texto só não é conclusivo em dois pontos: "Anistia" e "Definição de Empresa Nacional". Será examinado pelos relatores adjuntos, a partir de hoje, para reparos e redação final.

O grupo que trabalhou na elaboração do substitutivo está seguro da aprovação do texto na Comissão de Sistematização. O Senador Fernando Henrique Cardoso e o Deputado Nelson Jobim, que têm assessorado o relator, garantiram ontem que a proposta, também endossada pelo Senador Afonso Arinos, terá mais do que os 47 votos necessários.

Embora tenha ficado acertado que a anistia só se estenderá àqueles militares que não foram beneficiados anteriormente e que tenham sido punidos por motivos políticos, a fórmula exata será redigida por Bernardo Cabral. Ficou acertado ainda que a reintegração se dará na reserva, sem

o pagamento dos atrasados.

A definição de "Empresa Nacional e Estrangeira" continua confusa. O Senador Fernando Henrique Cardoso é um dos que vão tentar modificar o texto que deu entrada ontem no Prodasen. Ele acha que está se misturando conceitos de empresas que remetem capital para o exterior, que não podem ter benefícios da legislação, com empresas que trazem capital externo para o País, que merecem ser tratadas como as empresas genuinamente brasileiras.

Os demais pontos polêmicos já foram fechados, da seguinte forma:

Sistema de Governo — O parlamentarismo entra em vigor 120 dias após a promulgação da Constituição. O presidente da República indica o Primeiro-Ministro e a Câmara dos Deputados referenda por maioria absoluta.

Mandato do Presidente Sarney — Cabral conservou a proposta vitoriosa na Comissão Temática: 5 anos.

Reforma Agrária — (Ver maté-

ria acima).

Aposentadoria — 35 anos de trabalho para homens e 30 para mulheres.

Sistema Eleitoral — Será misto: majoritário e proporcional.

Sindicalismo — Será permitida a existência de vários sindicatos para uma mesma categoria mas apenas um poderá representá-la, de acordo com indicação feita pelos próprios trabalhadores. O sistema de escolha será regulamentado em lei.

Estabilidade — Mantidas as sugestões do Ministro Almir Pazzianotto, que prevêem muitas progressivas para demissões imotivadas.

Jornada de Trabalho — Remetida para legislação ordinária.

Comunicação — As concessões outorgadas pela União serão referendadas pelo Congresso.

Seguridade — Todas as ações de saúde de Município, Estado e União serão integradas e os recursos virão de Fundo Especial. A folha de pagamento não será mais exclusiva, garantindo a manutenção do SESI, SESC e SENAI.

Emendas populares podem se tornar 'patrimônio da sociedade organizada'

BRASÍLIA — As 15 milhões de assinaturas que subscreveram as 122 emendas populares à Constituinte podem se transformar em "patrimônio da sociedade organizada" se a Comissão de Sistematização acatar o requerimento do Deputado Paulo Delgado (PT-MG), com apoio do Deputado Aldo Arantes (PC do B-GO).

O Regimento Interno da Assembleia Constituinte não previu o destino desses documentos e nós temíamos que eles fossem incinerados, como um monte de papel velho — explicou Delgado.

A preocupação é justificável. Junto com emendas populares chegou à Constituinte a mais completa e atualizada listagem de eleitores que podem ser considerados "organizados" dentro da sociedade. As listas, além de dividir os 15 milhões de eleitores pelas

áreas de interesse específico, de acordo com o tema da emenda, têm o nome e o endereço de cerca de 25% do eleitorado do País.

Não pode haver uma listagem mais atualizada, pois elas têm no máximo três meses, que foi quando começou a coleta de assinaturas. É mais nova que o recadastramento eleitoral — observou o Deputado.

No requerimento, Delgado pede ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que os nomes e endereços que constam das emendas populares sejam guardados em banco de dados e fiquem aos cuidados da Câmara, à disposição da sociedade. Os originais, segundo ele, devem ser devolvidos às entidades que patrocinaram a coleta de assinaturas. Arinos terá, a partir de hoje, cinco dias para dar uma resposta.